

PROMOVENDO ENCONTROS: CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT E DE GILLES DELEUZE À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS *

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir, valendo-se das contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze, a produção do conhecimento histórico em conformidade com as discussões trazidas pelo pós-modernismo. A proposição de Foucault, sobre a ordem que o discurso ocupa na produção do conhecimento ocidental, nos sugere que o conhecimento histórico em sua construção também passa por um tipo de vontade de verdade, que elegeu algumas formas de discursos em detrimento de outras. A escrita como discurso também é fruto das delimitações das vontades de verdades amparadas pelas práticas e regras institucionais. Deleuze, por sua vez, aponta uma atitude de encontro e de diálogo na produção do conhecimento. Deleuze critica o policiamento na produção do conhecimento pela academia e seus intelectuais. Para ele, o conhecimento deve ser compreendido como uma energia que flui por meio da vida, das conexões de redes e das possibilidades de mudança. A partir disso, a produção de conhecimento e a escrita são vistos como o fruto de encontros, devires e fluxos que as experiências proporcionaram ao longo da vida ao intelectual. Nesse sentido, refletiremos sobre a função que o discurso desempenha na construção do conhecimento histórico e de como a produção da escrita da história pode ser pensada a partir de um novo olhar, que entende a escrita como um fluxo de energia de possíveis encontros, devires e ideias.

Palavras Chave: Discurso, Teoria da história, Pós-modernidade.

Abstract: The objective this work is discuss by contributions of Michel Foucault and Gilles Deleuze the production of historical knowledge in accordance with the discussions brought by post modernism. The proposition of Foucault about the order that discuss occupies in the production of Western knowledge suggests to us that historical knowledge in their construction also undergoes a kind of will to truth , which elected some forms of discourse at the expense of others. The writing as speech is also the result of the outlines of the wills of truths supported by practices and institutional rules. Deleuze, in turn , indicates an attitude of meeting and dialogue in knowledge production. Deleuze criticizes policing in knowledge production by the academy and its intellectuals. For him, knowledge must be understood as energy that flows through the life of the network connections and possibilities for change. From this, the production of knowledge and writing are seen as the result of meetings , becomings and flows that the experiences provided throughout life to the intellectual.

Keys-words: Discourse, Theory of history, Post modernity.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e bolsista da capes. E-mail: cazu_anjo@hotmail.com.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso (...) E a instituição responde: “Você não tem porque temer começar, estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma, e que, se ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.¹ Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. (...) Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como.²

A escrita e a produção do conhecimento

A história, uma das disciplinas acadêmicas mais complexas, traz a escrita como sua principal ferramenta de construção e legitimação do conhecimento.³ A escrita também sugere o papel que a narrativa tem na produção do conhecimento historiográfico. Antônio Paulo Benatti apontou que pensadores iluministas como Voltaire no século XVIII elucidaram que a história seria uma narrativa de fatos verdadeiros diferente da fábula. O filósofo setecentista tinha como preocupação “definir um método e uma narrativa racional de se escrever a história”.

No século XIX, a questão da narrativa foi afastada principalmente pelos historicistas alemães e pela escola metódica francesa, à medida que esses tinham o objetivo de legitimar a história como disciplina. Logo, Ranke esteve decidido a “evitar toda invenção e fabulação”, enquanto que para Langlois e Seignobos “a escolha do assunto, do plano, das provas e do estilo é dominada, em todos os historiadores românticos, pela preocupação do efeito, que certamente não é preocupação científica (...)”.⁴ Na chegada do século XX, mais uma vez a questão da narrativa na escrita da história foi ofuscada. Tal como o marxismo, os Annales buscaram construir uma história não factual, mas baseada no estrutural e no processual, pautada principalmente em explicações gerais e em grandes categorias de pensamento, o que reforçou na escrita histórica um sentido de cientificidade. Portanto, os historiadores dos séculos XIX e XX, absorvidos pela tentativa de tornar científico o conhecimento histórico,

¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p.7.

² DELEUZE, Gilles.G.& PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.p.10-15.

³ Cf.: CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.93-94. Certeau define a escrita como um dos elementos da chamada operação historiográfica. Segundo ele, “Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber. Ainda é necessário que exista aí ‘representação’”. A escrita causa uma inversão na prática historiográfica, à medida que toma o ponto de chegada da pesquisa como ponto inicial. Além disso, a exposição escrita segue uma ordem cronológica e é fruto de organização, seleção e coerência. Ela é um produto acabado e unificado sob o aval do autor, enquanto que a pesquisa é algo inacabado e interminável. A escrita é, para Certeau, uma prática social, pois institui o lugar do leitor e das simbologias e inverte a pesquisa.

⁴ BENATTI, Antônio Paulo. *Idem*. p. 70-76.

afastaram a reflexão sobre o papel que a narrativa tem na escrita da história.⁵ A partir da segunda metade do século XX, a história, com seus paradigmas de explicação e teorias filosóficas entrou em crise. A própria ciência começou a atravessar questionamentos quanto às suas noções de saber, verdade, objetividade e neutralidade.⁶ Nesse sentido, iniciou-se a respeito da construção do conhecimento histórico uma série de debates sobre questões como o papel da linguagem, do discurso, da história como arte ou ciência, sobre a modernidade e a pós-modernidade, bem como em torno da narrativa, ou seja, do papel que a escrita tem na produção do conhecimento histórico.

Na década de 1960, filósofos inspirados em Nietzsche, como Michel Foucault e Gilles Deleuze, pensaram a respeito da produção do conhecimento na sociedade ocidental. O primeiro preocupou-se com a questão da constituição dos saberes que estão relacionados ao discurso, o segundo, em apontar a construção de conhecimento e a liberdade na escrita que passou a ser pensada como um fluxo e resultante da experiência do intelectual a partir de encontros e de devires.

O objetivo deste trabalho é discutir a partir das contribuições de Michel Foucault e de Gilles Deleuze a produção do conhecimento histórico em conformidade com as discussões trazidas pelo pós-modernismo. A proposição de Foucault sobre a ordem que o discurso ocupa na construção do conhecimento ocidental nos sugere que o conhecimento histórico em sua constituição passa por um tipo de vontade de verdade, que elegeu algumas formas de discursos em detrimento de outras.⁷ A escrita como discurso também é fruto das delimitações das vontades de verdades amparadas pelas práticas e regras institucionais.⁸

⁵ VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. (Coleção Ideias). p.105.

⁶ ALBURQUERQUE Jn., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP/Edusc, 2007, p. 55.

⁷ A trajetória intelectual de Michel Foucault foi traçada por Salma Tannus. A autora, entre os anos de 1961 e 1984. Assim, os estudiosos de Foucault dividem esse período em três momentos: 1º. O chamado período da “arqueologia”, voltado principalmente para as questões relativas aos saberes, que inclui os principais livros da década de 1960 do filósofo – *A história da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e a *Arqueologia do saber* –; 2º. O período da “genealogia”, centrado sobre questões relativas aos mecanismos de poder, incluindo os livros da década de 1970 – *Vigiar e punir*, O volume I da *História da sexualidade*, *A vontade de saber* –; 3º. O período de questões relativas à constituição do sujeito – Volumes II e III da *História da sexualidade*. Cf. TANNUS, Salma Muchail. *Foucault simplesmente*. São Paulo: Editora Loyola, 2004, p. 9 -10.

⁸ A vontade de verdade apontada por Foucault explicita-se como a vontade de saber que atravessou ao longo da história a construção do conhecimento ocidental. Essa vontade de verdade é um sistema de exclusão que distingue o discurso verdadeiro do falso: “essa vontade que atravessou tantos séculos de nossa história, a qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.” Portanto, segundo Foucault, a separação entre o falso e o verdadeiro foi historicamente constituída: “Porque, ainda nos

Deleuze, por sua vez, aponta uma atitude de encontro e de diálogo na produção do conhecimento, criticando o policiamento da academia e de seus intelectuais.⁹ Para ele, o conhecimento deve ser compreendido como uma energia que flui por meio da vida, das conexões de redes e das possibilidades de mudança. A partir disso, a produção de conhecimento e a escrita são vistos como fruto de fluxos, encontros e mudanças que as experiências proporcionaram ao longo da vida. Nesse sentido, refletiremos sobre a função que o discurso desempenha na construção do conhecimento histórico e de como a produção da escrita da História pode ser pensada a partir do olhar indicado por Deleuze.

A ordem do discurso histórico e a escrita como fluxo

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault caracterizou o papel que o discurso desempenha na ordem do conhecimento, em especial no conhecimento das ciências ocidentais. O discurso exerce, portanto, uma função essencial, pois ele institui em determinados momentos verdades e procedimentos de delimitação e controle sobre a produção do conhecimento.¹⁰ Segundo Foucault, o discurso não é algo natural, mas está ligado ao desejo e ao poder:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma no discurso verdadeiro. (...) Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. E a razão

poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo – [...] era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuía para sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia* : chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.”FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p. 9-10.

⁹ Gilles Deleuze é reconhecido no Brasil principalmente pela área de educação. Dentre seus principais textos estão: *Conversações*, *Diálogos* (escrito junto a Claire Parnet), *O Anti Édipo* (escrito com Félix Guattari). Tal como Foucault, Deleuze é inspirado em filósofos como Kant, Espinosa e Nietzsche. Cf.: http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page_id=62.

¹⁰ Foucault questiona a natureza do discurso: “o que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietações de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? [...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua terrível e pesada materialidade.”FOUCAULT, Michel. *Idem*, p.8-9.

disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro o que está em jogo, senão o desejo de poder?¹¹

Como podemos ver, de acordo com Foucault, o discurso está amplamente ligado à vontade de verdade, uma vontade de saber e conhecer que nem sempre foi atemporal e imutável, a vontade de conhecer a verdade nas sociedades ocidentais. A vontade de verdade está apoiada em suportes e aparatos institucionais, ela exerce um poder coercitivo sobre o conhecimento, sobre as pessoas que o produzem e sobre toda a sociedade. Há sempre um discurso verdadeiro para ser dito, que desqualifica e exclui as possibilidades de outros discursos. Entretanto, como aponta Foucault, a sociedade e as instituições que garantem a existência do discurso verdadeiro não conseguem enxergar que é por meio da vontade de verdade que ele se produz e que o que está em jogo nele é o desejo, e o poder de produção de um tipo de discurso como a verdade, de um discurso verdadeiro.

O discurso é, portanto, uma construção que está ligada ao desejo de uma vontade de verdade e ao poder de efetivá-la como a verdade. Para citar apenas alguns dos procedimentos de controle do discurso verdadeiro e de exclusão de outros tipos de discurso, Foucault apresenta os princípios de controle e exclusão do discurso, os princípios externos e internos. Dentre os princípios externos estão: a interdição, a separação e a vontade de verdade.¹² E nos princípios internos: o comentário, o autor e a disciplina.

Os *princípios de exclusão externos* são os que excluem outras formas de discursos que não são tidos como verdadeiros, em detrimento de um discurso verdadeiro. Entre eles destacamos a já comentada *vontade de verdade* que está ligada ao desejo e ao poder de construção de um discurso verdadeiro. Ela é uma construção histórica conforme os tempos, existindo em diferentes formas.¹³ Os *procedimentos internos de delimitação e exclusão dos*

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.p.18-20, grifo meu.

¹² A interdição resume-se, segundo Foucault, na palavra proibida: “Sabe-se bem não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo [...] em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Já a separação, seria a segregação e rejeição do discurso do louco. Podemos pensar atualmente na rejeição de muitos discursos de tantas pessoas, assim como o louco, marginalizadas na nossa sociedade FOUCAULT, Michel. *Idem*, p. 9-10.

¹³ Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso [...] Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber. Mas não cessou, contudo, de se deslocar: grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas **como a aparição de novas formas de vontade de verdade**. [...] Ora, essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como **o saber é aplicado em uma**

discursos atuam principalmente no sentido de dar autoridade ao discurso verdadeiro. Ressaltamos, entre eles, a função do autor que busca agrupar, dar um nome, um significado e autoridade ao discurso, atribuindo a alguém a fundação dele.

A função do autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (...) Trata-se, em suma, de retirar do autor seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso.¹⁴

Dessa forma, conforme apontou Foucault, o nome do autor exerce um papel em relação ao discurso, sendo uma função classificatória e de reagrupamento. É nesse sentido que, quando Foucault em entrevista não revelou o seu nome, buscando afastar de suas respostas a autoridade, a originalidade e o agrupamento que a função do autor exerce sobre os leitores, que se intimidam diante da força do nome e do papel do autor.¹⁵

Deleuze também destacou na Academia a função repressora que os autores desempenham na vida dos estudantes, criando e impondo conceitos. Em “Carta a um crítico severo”, Gilles Deleuze respondeu ao seu amigo crítico, não deixando de assinalar que a carta e a postura intelectual do segundo apresentou um cunho de vigilância, de policiamento acadêmico, que vigiou bem a vida do primeiro. Vinculado a isso, Deleuze criticou a postura clássica dos intelectuais de policiar a vida de seus companheiros. O filósofo repreendeu ainda a interdição acadêmica de que somente pode falar aquele que tem a autoridade, ressaltando o

sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.”FOUCAULT, Michel. *Idem*, p.15-17. (Grifo meu)

¹⁴FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.p. 274.

¹⁵FOUCAULT, Michel. "O filósofo mascarado" (entrevista com C. Delacampagne. fevereiro de 1980), *Lemond-dimanche*. Nº 10.945, 6 de abril de 1980. pp. I e XVII. Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos.../O_Filosofo_Mascarado.pdf.p.3. Foucault propõe três estratégias à análise do discurso. Em primeiro lugar, o questionamento da vontade de verdade, que institui um discurso como verdadeiro. Em segundo, a restituição do caráter do acontecimento ao discurso, pois da mesma forma que a vontade de verdade, o discurso tem uma historicidade que não é apenas contínua, mas principalmente descontínua. E, por último, a suspensão do significante no discurso, ou seja, não buscar no discurso um significado natural e dado, que precisa ser decifrado. Assim, Foucault sugere que o discurso deva ser entendido como uma prática vinculada às noções de regularidade, de série, de acontecimento e também de condições de possibilidades que se opõem as ideias de unidade, criação, originalidade e significação no discurso. Podemos exemplificar isso por meio da noção de obra, da função que o autor desempenha nela. Uma obra é concebida como algo que tem sentido, unificada e original mediante o esforço criativo e da autoridade de um autor. FOUCAULT, Michel. *Idem*, p.52-54. A partir das reflexões de Foucault, Roger Chartier apontou que a transformação do discurso ritual em monumento poético se deu através da criação da “instituição literária”. Assim, foi no período moderno que se formaram os seguintes conceitos: o de “obra” caracterizado pelos sentidos de criação, esforço, unidade, coerência e estabilidade, de “autor primordial” que tem por função atribuir autoridade a uma obra e, por fim, o de comentário que interpreta e revela as significações de uma obra. Estes conceitos constituem o que Chartier chamou de “instituição literária”. CHARTIER, Roger. “Formas da oralidade e publicação impressa”. In: *Do palco à página: Publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 13-43.

papel repressor que a filosofia, assim como outras disciplinas acadêmicas, cumprem na vida dos alunos¹⁶. Nesse sentido, Deleuze destacou o papel que Nietzsche tem de libertar os estudantes da autoridade representada pelos autores, à medida que os trabalhos deste filósofo se baseiam na experiência e sugerem que cada um pode escrever em nome próprio, por suas experiências múltiplas, sem a submissão causada pela função repressora da filosofia e de seus autores clássicos:

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito, que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. O nome como apreensão instantânea de uma tal multiplicidade intensiva é o oposto da despersonalização operada pela história da filosofia, uma despersonalização do amor e não de submissão¹⁷.

Outra sugestão interessante de Deleuze é a de tratar a escrita e o livro como fluxos que podem funcionar ou não, mas que são frutos de encontros, de brigas e de partilhas, tal como o livro que o filósofo escreveu com o colega Félix Guattari. Dessa forma, Deleuze indicou duas formas de se ler um livro. A primeira busca apenas o significado e o significante, a interpretação e a explicação do livro. A segunda deixa a leitura fluir e o leitor se perguntar como funciona o livro. Se a leitura funcionar, ela pode ser combinada com outros aspectos da vida e do conhecimento deste leitor, pois:

Não há nada a explicar, nada a compreender, nada a interpretar. É do tipo ligação elétrica. (...) Um livro é uma pequena engrenagem numa máquina exterior muito mais complexa. Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relação de corrente, de redemoinho com os outros fluxos (...) Essa maneira de ler em intensidade, em relação com o fora, fluxo contra fluxo, máquina com máquinas, experimentações, acontecimentos em cada um que nada têm a ver com um livro, fragmentação do livro, maquinação dele com outras coisas, qualquer coisa..., etc, é uma maneira amorosa.¹⁸

Deleuze apresentou outro tipo de postura a respeito da produção do conhecimento, O filósofo propõe uma atitude amorosa que envolve os encontros, pulsões de energia na escrita e na leitura. Assim sendo, Deleuze destacou os devires que operam em silêncio na construção dos problemas no conhecimento, na construção do pensamento e na escrita:

¹⁶DELEUZE, Gilles. “Carta a um crítico severo”. In: *Conversações*. São Paulo, Editora 34, 2008, pp.11-12.

¹⁷DELEUZE, Gilles. *Idem*. p. 15.

¹⁸DELEUZE, Gilles. *Idem*. pp. 17-18.

Dizíamos a mesma coisa para os devires: não é um termo que se torna outro, mas cada um encontra o outro, um único devir que não é comum aos dois, já que eles não têm nada a ver um com o outro, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução a-paralela. (...) Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Seria isso, pois, uma conversa.¹⁹

Desse modo, o devir não está ligado à imitação e nem existe um ajuste a modelos de justiça e de verdade. O devir está ligado aos encontros, ao roubo e as experiências amorosas que uma coisa pode fazer da outra, mesmo não tendo aparentemente nada em comum. Conectado ao encontro, o devir é, um encontro amoroso. Roubar seria, pois, o contrário de plágio, de cópia e de imitação. Roubar significa criar, dialogar, conversar. Na concepção de Deleuze, a construção do conhecimento é pautada pelas experiências e encontros amorosos que um intelectual obteve ao longo de sua vida. A escrita seria, pois, fruto de fluxos de energias e dos devires e, não, da explicação e da interpretação.

O discurso histórico e a escrita como criação

Com as contribuições de Foucault, podemos pensar na construção do discurso no conhecimento histórico. Podemos pensar que a construção de discursos envolve questões sobre a objetividade do conhecimento tais como: a neutralidade, a racionalização da disciplina histórica e a busca por uma verdade histórica de compreensão do passado. Nessa medida, as análises de Michel Foucault nos proporcionam a compreensão de que todo objeto de estudo, bem como os seus métodos de pesquisa, passam por formas de construção, apontando que os discursos são práticas descontínuas e que o conhecimento e seus objetos de estudo passam por construções e modificações.

Como apontamos, a partir da metade do século XX, houve uma crise na concepção realista da ciência moderna vinculada à uma ideia de verdade científica.²⁰ Neste contexto, há a

¹⁹DELEUZE, Gilles. *Idem*. pp. 2-29.

²⁰ A década de 1960 inaugurou uma crise no conhecimento histórico. Os tradicionais modelos explicativos da História, tais como os Annales e o marxismo, começaram a ser questionados a partir de novas propostas de análise, que passaram a priorizar novas formas de abordagem. José Antônio Vasconcelos caracteriza, na década de 1960, uma crise do conhecimento histórico e da epistemologia da disciplina histórica. Até este período a proximidade da literatura e da História era, segundo Vasconcelos, absurda, na visão dos historiadores. Podemos citar as proposições do filósofo Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber, As palavras e as coisas* e *A Ordem do discurso*, no que tange à construção dos saberes, da vontade de verdade e do discurso. Além das reflexões próprias ao livro *Domínios da História* sobre a virada linguística e o papel da linguagem na história, citamos o texto de R. Rorty, *The linguistic-turn*, e as análises posteriores da Ankersmit, *A escrita da história: natureza da representação histórica*, os escritos acerca do tema da narrativa e do estatuto da História, entre os quais, o livro

instauração de novos paradigmas no campo do saber e uma desconfiança quanto às categorias de pensamento modernas, além da crise das noções de dado e de evidência, dos significados fixos e universais e a percepção da linguagem como importante instância nas formas de conhecimento.²¹

O discurso que vigorou, e até certo ponto ainda vigora na produção historiográfica, busca dar à história um sentido de legitimidade científica, por meio da objetividade, da neutralidade e da busca da verdade. Esse discurso é complexo, pois para os historiadores é ainda difícil decidir se a história faz parte de um gênero literário ou se é uma ciência, ainda que não nos moldes das ciências exatas.²² Conforme destacou Durval de Albuquerque, a pós-modernidade trouxe consigo uma nova condição histórica, a relatividade dos discursos e, incluído nisso, a relatividade do conhecimento histórico e da própria realidade. A última passou a ser pensada a partir das experiências (e de determinações relacionais) e não mais a partir de uma busca pela verdade. Além disso, o historiador ressalta a crise do paradigma realista e cientificista do século XIX, que buscava um conhecimento objetivo fora das

de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, Michel de Certeau com seu artigo “A operação historiográfica” e Paul Ricoeur com seu livro *Tempo e Narrativa* e as contribuições de Hayden White em *Trópicos do discurso* sobre o papel da teoria literária na História. Podemos pensar ainda nas contribuições da nova história cultural, da nova história intelectual e da micro-história a partir das décadas de 1970 e 1980, que propõe uma nova forma de construir objetos em história, cf.: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. _____ Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução. Salma Tannus Mchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ANKERSMIT, F. R. “A virada linguística, teoria literária e teoria da história”. In: _____. *A escrita da história: natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012. pp. 63-124. _____ “Historiografia e pós-modernismo”. *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp.113-135. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi02.html>. CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010 [1983]. 3 vol. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 2001. Ver também a apresentação que Lynn Hunt dá sobre o surgimento da nova história cultural, HUNT, Lynn. “História, cultura e texto”. *A nova história cultural*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992 e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. 5ª. Edição. Disponível em: <http://www.siid.ucdb.br/docentes/downloads.php?Dir=arquivos&File...pdf>.

²¹ ALBURQUERQUE Jn., Durval Muniz de. *Idem*. p. 59.

²² Sobre isso, ver o trabalho de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, escrito na década de 1970. Nele, Veyne aponta a história como uma narrativa verídica. Em resposta a este texto, Michel de Certeau escreve o artigo “A operação histórica” destacando que a história é fruto de uma operação dividida em três instâncias: o lugar social, a prática e a escrita. Ver também o texto de Hayden White “Enredo e verdade na escrita da história”, que aponta que a prática historiográfica é fruto basicamente de narrativas em concorrência, de como determinadas narrativas de historiadores podem ser possíveis. Em resposta a isso, Ginzburg escreve um texto sobre a verdade na História, “Unī, testis. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade”. Cf.: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982; CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 56-108; WHITE, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da história” [1990]. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210; GINZBURG, Carlo. “Unū, testis. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” [1990]. In: _____. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 210-230.

aparências pautado pela busca da essência das coisas. Nesse sentido, de acordo com Albuquerque, as condições de produção do conhecimento histórico não podem mais ser produzidas “a partir dos mesmos paradigmas, teorias e metodologias com as quais se produzia a história na modernidade”.²³

Mediante as questões propostas pela pós-modernidade, o discurso, sem dúvida, assume uma dimensão fundamental, pois ele está vinculado diretamente às formações e constituições do conhecimento, inclusive no que diz respeito à noção de verdade no conhecimento histórico. Os objetos de estudo das ciências humanas, assim como os objetos da história deixam de existir por si mesmos, tudo passa por uma construção do discurso. O discurso pode ser entendido, segundo José Vasconcelos, como uma “estrutura inconsciente que estabelece as possibilidades do conhecimento”, dessa forma, “a verdade histórica não existe por si mesma, ela se coloca como um produto do discurso”.²⁴

É o artigo de Lawrence Stone, escrito na década de 1970 para a revista *Past and Present*, traduzido em português como “O Renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história”, que marca o retorno da problemática da narrativa na escrita da História.²⁵ Segundo Stone, o retorno da narrativa está ligado à desilusão quanto à história processual, e uma das razões da ênfase na narrativa estaria na vontade dos historiadores de tornarem as suas obras mais acessíveis ao público leitor.

O historiador marca a crise dos modelos explicativos, o “modelo econômico marxista”, o “modelo ecológico-demográfico francês” e a “metodologia cliométrica americana”. Esses paradigmas explicativos são marcados, segundo Stone, por novos modelos ou novos métodos, ao contrário da “história científica” do século XIX de Ranke, que tinha a preocupação com a “crítica textual de registros até então intocados”, que foram trabalhados tendo em vista a história política.²⁶

Stone aponta, além disso, para as características que trouxeram o renascimento da narrativa, como o crescente interesse de novas abordagens na história por mentalidades, comportamentos, valores, sentimentos e atitudes humanas, sob a influência da antropologia e

²³ALBUQUERQUE Jn., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP/Edusc, 2007. p.55-60.

²⁴VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. (Coleção Ideias). p.116.

²⁵STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

²⁶STONE, *idem*.

da psicologia. O historiador assinala ainda o declínio da tradicional história das ideias políticas e o surgimento da reescrita do pensamento político com autores como J. G. A. Pocock, Quentin Skinner e Bernard Bailyn. Além disso, cresceu o interesse dos historiadores pelo estudo da vida de pessoas simples e pelas tramas históricas que as envolviam. A abordagem de pesquisa micro-histórica é um exemplo disso.²⁷

Entretanto, Stone deixa claro que essas novas formas de conteúdos historiográficos não retomaram a narrativa no seu sentido tradicional de relato factual, mas utilizam a narrativa como um recurso que de forma alguma empobrece suas análises e seus métodos críticos.²⁸ A partir das considerações de Lawrence Stone, podemos trazer à baila as perguntas de Antônio Bennati sobre o papel que a narrativa tem na história. Será que houve de fato um retorno da narrativa? O autor afirma que não, pois segundo ele, a narrativa sempre esteve presente no discurso histórico:

No que diz respeito ao conhecimento histórico, as reflexões oriundas da filosofia e dos estudos literários e de história intelectual mostraram que qualquer forma de história, desde a mera crônica dos acontecimentos até aquela mais social, estrutural e quantitativa, é dependente de procedimentos de composição próprios narrativa. Para começar, a expressão “história narrativa” constitui uma espécie de redundância ou pleonasma: desde que existe esse gênero de discurso chamado história, ela é inseparável da narração escrita (é importante lembrar que narração não é sinônimo de escrita, ela pode ser oral ou mesmo visual). A ideia de história como pesquisa do passado e memória da humanidade é inseparável do registro deste passado num relato escrito. A história nasce como um tipo de escritura, um gênero narrativo em prosa, uma forma de grafia do discurso. Então nunca houve de fato, e simplesmente porque não poderia haver, um abandono da narrativa na prática historiográfica. O que parece ter acontecido, no máximo foi uma espécie de camuflagem, uma obliteração ou um recalçamento para se acreditar fazendo ciência (...). Em outras palavras, a ideia de objetividade, inseparável da noção de neutralidade, é constituída historicamente: “De fato, esse sujeito supostamente neutro [e objetivo] é ele próprio, uma produção histórica. Foi preciso toda uma rede de instituições, de práticas, para chegar ao que constitui essa espécie de ponto ideal, de lugar, a partir do qual os homens deveriam pousar sobre o mundo um olhar para a observação”. Em outras palavras, a ideia de história como ciência é uma invenção da modernidade burguesa.²⁹

Conforme salientou Benatti, qualquer forma de história está ligada aos procedimentos da narrativa. Assim, foi a modernidade burguesa que inventou a ideia de história como ciência e, de certa forma, a dissociou da noção de narrativa, para legitimar o status de sua invenção. Nesse sentido, a história como gênero escrito nunca deixou de estar associada à narrativa, à

²⁷ STONE, Lawrence. *Idem*. p. 4.

²⁸ STONE, Lawrence. *Idem*. p. 12-13.

²⁹ BENATTI, Antônio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. (Coleção Ideias). p. 85, grifo meu.

proporção que uma das modalidades da narrativa é a escrita. Dessa forma, Benatti, por meio das reflexões de Michel Foucault, nos revela que as ideias de neutralidade e, conseqüentemente, de objetividade, tão caras à ciência histórica, são construções históricas. Assim, foram as instituições e práticas apontadas por Foucault que construíram essas noções.

Isso esclarece para nós a noção de discurso, que sempre esteve presente no conhecimento histórico e na ciência. Antonio Benatti faz referência em seu texto ao reconhecimento do caráter *literário e retórico* que a nova historiografia francesa, das décadas de 1970 e 1980, compreendeu no discurso histórico. Além disso, também teria entendido que as relações de poder começam pela palavra, na linguagem. É o que Durval de Muniz chamou de o mundo da linguagem trazido à tona pela pós-modernidade.³⁰

Podemos entender essa ideia dialogando com as questões que a pós-modernidade tem apresentado ao estatuto da ciência e, conseqüentemente, à história. Como salientou Durval de Muniz, se antes, no século XIX e em meados do XX, o que estava em voga na história era um paradigma realista e cientificista, que “tinha a pretensão de romper com as aparências do mundo e encontrar sua essência”, na pós-modernidade vigoram as premissas do relativismo de Kant, em que o mundo real é o mundo da experiência, e não tem a pretensão da verdade “no sentido de corresponder a uma realidade ontológica os objetos e as experiências são produtos de nosso experimentar, determinados no tempo e no espaço”.³¹

Nesse sentido, Muniz de Albuquerque chama a atenção para o fato de não conhecermos realmente o passado, mas apenas suas circunstâncias particulares, o passado seria, na concepção do autor, uma invenção que só adquire sentido a partir de sua relação com o presente. Em outras palavras, é o presente que inventa o passado. A história seria, pois, na visão do historiador, a arte de inventar o passado. O conhecimento histórico está calcado, portanto, na arte de escrever:

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos. (...) Embora a narrativa histórica não possa jamais ter a liberdade de criação de uma narrativa ficcional, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico, quando recorta seus objetos e constrói, em torno deles, uma intriga. (...) Isto não significa esquecermos nosso compromisso com a produção metódica de um saber, com o estabelecimento de uma pragmática institucional, que ofereça regras para a produção deste conhecimento, pois não devemos abrir mão também da dimensão

³⁰ALBURQUERQUE Jn. Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP/Edusc, 2007. p.59.

³¹ALBURQUERQUE Jn. Durval Muniz de. *Idem*. p. 60.

científica que o nosso ofício possa ter. Mesmo as artes também requerem métodos e não dispersam teorias, pois, mesmo tendo feito a crítica às filosofias da história, não podemos desconhecer também a dimensão filosófica e política de nosso conhecimento.³²

Deste ponto de vista, observamos a estreita relação do conhecimento histórico com a narrativa e com o fazer artístico. Entretanto, conforme destacou Albuquerque, isso não significa o abandono pelos historiadores da dimensão pragmática institucional e metodológica do ofício, nem mesmo das teorias, filosofias e políticas que envolvem a construção do conhecimento histórico. Albuquerque também apontou que a linguagem presente no discurso histórico é marcada por um princípio de verdade de contar o que aconteceu. Passemos, então, à dimensão do discurso histórico, compreendendo o que está em jogo nele. Antônio Benatti tem algo a nos esclarecer

O discurso da história, desde os gregos, sempre foi exercido por uma elite cultural, num jogo inseparável das relações de poder. A história, assim, insere-se numa tradição, numa cultura, numa sociedade do discurso ciosa da verdade e zelosa de sua autoridade.³³

Podemos perceber por meio dessas citações o quanto o discurso histórico faz parte das relações de poder que constituem as diferentes dimensões do mundo. O mais interessante é que, desde sempre, o discurso histórico pertence a uma tradição/cultura e uma sociedade na qual o discurso está ligado à vontade de verdade que o estabelece e que legitima a sua autoridade. Como podemos ver, o discurso da sociedade ocidental e, conseqüentemente, o discurso histórico, está estreitamente ligado à vontade de verdade, uma vontade de saber, que tende a construir um sistema de exclusão ao longo da história daquilo que não é legitimado pelo seu saber, pela ideia de verdade tão cara a nossa sociedade e ao conhecimento histórico. E conforme mostrou Foucault, essa vontade de verdade apoiou-se em um suporte institucional.

Deste modo, a sociedade moderna é permeada pela posição que ocupa o discurso verdadeiro, que exerce poder sobre outros discursos, inclusive sobre o discurso histórico. Foucault citou o exemplo da literatura ocidental, a história não deixou de apoiar-se no discurso verdadeiro, na vontade de verdade e no desejo de poder que ele exerce apoiado pelas instituições modernas. Reforçamos esta questão retomando a citação de Antônio Benatti de que o discurso histórico pertence ao jogo das relações de poder:

³²ALBUQUERQUE Jn. Durval Muniz de. *Idem*. pp.63-64.

³³BENATTI. Antônio Paulo. *Idem*, p.95.

O poder, [do discurso histórico], portanto, não está apenas na produção do texto – pelo inevitável uso da linguagem ordinária e do jargão especializado –, mas também nas práticas que o aceitarão na “comunidade acadêmica”, que permitirão sua entrada no conjunto dos textos “verdadeiramente históricos”, ou, ao contrário, pela prática da exclusão, o relegarão ao ostracismo e ao esquecimento.³⁴

A instituição acadêmica não deixa de exercer poder e fazer parte do discurso histórico, pois é ela quem decide quais textos poderão ser ou não aceitos como textos de história. Benatti afirma que “a matéria bruta do discurso histórico não é o documento, mas, como em todo discurso, a linguagem”.³⁵ Segundo esse autor, a crise dos modelos explicativos da ciência evoca à história a compreensão da importância da linguagem. Assim, mais do que os historiadores escreverem de forma bela e estética, a questão da escrita faz parte de um momento que procura “politizar criticamente e positivamente a própria linguagem e o uso que dela fazemos para presentificar o passado”. Portanto, como apontou Benatti, “é necessário questionar, a um nível muito mais capilar da política, as múltiplas relações da escritura com o poder”.³⁶ Esse é o caso do discurso que envolve a questão da narrativa dentro da prática historiográfica. Como apontamos, a construção da história no século XIX, até a segunda metade do XX, aparece como um paradigma científico, constituindo uma forma de discurso que pensou a narrativa como um construto literário e fabuloso que deveria ser diferenciado da história como disciplina científica.

Voltemos à questão da dimensão criativa na prática historiográfica que está em constante construção e produção, tendo em vista objetos e experiências no tempo e no espaço. Segundo Durval Albuquerque, o conhecimento histórico passa pela construção e criação, por uma dimensão inventiva que cria o passado envolvido por camadas de discursos e práticas.

No que tange à questão da escrita, retornamos ao papel que a narrativa tem na História. Para Hayden White, o texto histórico é sem dúvida um artefato literário, uma construção pautada pela criação do historiador, que se vincula à interpretação. Interpretar significa, portanto, dar sentido. O texto histórico é uma atribuição de sentido, uma construção criativa do historiador.³⁷ Quanto a isso, Antônio Paulo Benatti também ressaltou uma importante questão: a diferença entre escritores e escreventes construída por Roland Barthes.

³⁴FOUCAUL, Michel. *Idem*, p. 95.

³⁵BENATTI, Antônio Paulo. *Idem*, p.91.

³⁶BENATTI, Antônio Paulo. *Idem*, p. 96.

³⁷WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001. 2ª ed. p.65-116.

Para Barthes, os escritores são aqueles que se interessam pelo *como* das coisas, eles estão para além das exigências institucionais, os escreventes, em contrapartida, contentam-se em escrever sobre alguma coisa, com um *por que*, presos às exigências e regras das instituições, em especial à disciplina histórica.³⁸

Podemos trazer essa reflexão para a questão que Deleuze apontou sobre a escrita. A academia é um dos principais dispositivos de poder que estabelecem formas e regimes de autoridade na escrita e nos discursos, regimes de verdades. O escritor precisa dialogar e muitas das vezes ser controlado pelos padrões designados pela instituição acadêmica e pela legitimidade dos discursos de autores possuidores de autoridade.

Por outro lado, Deleuze propõe outra forma de conceber o conhecimento. A escrita seria, para ele, fruto de encontros, devires e fluxos de energia que as experiências do escritor lhe proporcionaram ao longo da vida. O filósofo enfatiza uma postura intelectual que salienta uma concepção de conhecimento voltada para a criatividade, para o encontro, as partilhas de ideias e de experiências que estejam além das imposições repressivas, sejam da academia, seja da função que os autores representam nela, ou ainda, das posturas intelectuais arrogantes que não se abrem para novas condições de possibilidades de conhecimento e de novas formas de discurso. Deleuze propõe uma atitude de encontro que leve em consideração o diálogo na produção do conhecimento entre os pares e entre as diferentes visões de mundo da sociedade – conhecimento que flui por meio da energia da vida, de conexões de redes, possibilidades de mudança.

Como conclusão, as análises de Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre a produção de conhecimento trazem como inspiração questionamentos quanto à construção do conhecimento histórico. Assim, podemos nos questionar em qual ordem o discurso histórico contemporâneo está inserido e qual a função que a escrita da história tem desempenhado. Podemos nos perguntar se a escrita histórica funciona ou não. E quanto às autoridades dos autores e da academia, que funções desempenham? Elas são frutos de partilhas, conexões e encontros ou apenas de repressão e imposição? E, quanto aos devires, eles têm sido traçados? Ou seja, tem havido encontros e partilhas das diferentes formas de abordagem historiográficas, conexões têm sido traçadas? Estas são questões fundamentais que os historiadores podem fazer.

³⁸BENATTI, Antônio Paulo. “História, Ciência, Escritura e Política”. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 64.

Referências:

Livros:

ALBURQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DELEUZE, Gilles.. G.& PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010 [1983].

TANNUS, Salma Muchail. *Foucault simplesmente*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Campus 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

WHITE, Hayden *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

Capítulos:

ANKERSMIT, F. R. “A virada linguística, teoria literária e teoria da história”. In: _____. *A escrita da história: natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, p. 63-124.

BENATTI, Antônio Paulo. “História, Ciência, Escrita e Política”. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 63-102.

CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-108.

DELEUZE, Gilles. “Carta a um crítico severo”. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2008, p.11-22.

GINZBURG, Carlo. “Unustestis. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” [1990]. In: *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 210-230.

HUNT, Lynn. “história, cultura e texto”. *A nova história cultural*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-Estruturalismo”. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. (Coleção

Ideias),p. 105-121.

WHITE, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da história” [1990]. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210.

Artigos:

ANKERSMIT, F. R. “Historiografia e pós-modernismo”. *Topói*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p.113-135.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

Entrevistas:

FOUCAULT, Michel. "O filósofo mascarado" (entrevista com C. Delacampagne. fevereiro de 1980), *Lemonde-dimanche*. Nº 10.945, 6 de abril de 1980. p. I e XVII.

Sites:

http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/?page_id=62.